



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL CECÍLIA MEIRELES**

NATÁLIA FERNANDA LOBATO DE ABREU

BELO HORIZONTE, 2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL CECÍLIA MEIRELES**

Trabalho apresentado como requisito necessário para conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Mestra Ângela Carmem Abreu Fraga Fonseca do curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2015

"A avaliação não é o ato pelo qual A avalia B. É o ato por meio do qual A e B avaliam juntos uma prática, seu desenvolvimento, os obstáculos encontrados ou os erros ou equívocos porventura cometidos. Daí o seu caráter dialógico."

"O problema da escola não é aprovar ou reprovar; é garantir a aprendizagem."

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar a concepção de avaliação da aprendizagem presente no Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Cecília Meireles, verificando se corresponde a organização do ensino em ciclos de aprendizagem. Os objetivos específicos buscam analisar e identificar o processo de avaliação nos Ciclos do Ensino Fundamental e identificar a relação da avaliação com a democratização do ensino, enfatizando o papel do professor e do aluno. A análise iniciou-se por meio de estudo da literatura que tratam dos temas avaliação da aprendizagem escolar, organização do ensino fundamental em ciclos, concepções da avaliação escolar, avaliação da aprendizagem nos Ciclos. Buscou desenvolver análise do tema do projeto, baseado no referencial teórico e na legislação. Quanto ao referencial, aponta os avanços e os pontos necessitados de aprimoramento. Deste modo ficou constatado, que os sistemas de ensino organizado em Ciclos devem ter o foco na concepção da avaliação formativa, no aspecto qualitativo e na adoção do regime de progressão continuada, com objetivo de permitir ao aluno a continuidade ininterrupta de seu percurso escolar. Verificou-se que o projeto de avaliação elaborado pela escola é apresentado como processo contínuo e os resultados permitem a tomada de decisões que busca a superação das dificuldades diversas encontradas. No entanto, faz-se necessário um aprimoramento mais elevado e substancial da concepção da avaliação formativa e progressão continuada, carecendo também rever o papel dos envolvidos: gestão, alunos e famílias – no processo avaliativo, tornando assim o processo de avaliação amplamente participativo e democrático. A relação da avaliação com a democratização do ensino está interligada à permanência do aluno na escola, com sucesso, e a qualidade do ensino por meio de um processo contínuo e de um programa de intervenção para a superação das dificuldades detectadas.

Palavras-chave: avaliação diagnóstica, avaliação formativa, democratização do ensino.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 6 |
| 1.1 Objetivos..... | 6 |
| 1.1.1 Objetivo Geral | 6 |
| 1.1.2 Objetivos Específicos | 6 |
| 1.2 Justificativa | 6 |
| 1.3 Revisão De Literatura | 7 |
| 1.4 Percurso teórico metodológico | 8 |
| 2. Avaliação da aprendizagem em Ciclos do Ensino Fundamental | 8 |
| 3. A relação entre a avaliação e a democratização do ensino | 12 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 14 |
| 5. REFERÊNCIAS | 17 |
| 6. ANEXOS | 19 |

1. INTRODUÇÃO

A avaliação é um recurso pedagógico fundamental que permite ao professor acompanhar o desempenho dos seus alunos, contribuindo para que todos possam concluir a sua escolaridade com sucesso, o que torna o ensino mais democrático. Este trabalho apresenta a análise da concepção de avaliação da aprendizagem do Ensino Fundamental presente no Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Cecília Meireles. Por isso, desenvolve a análise do Projeto Político Pedagógico – PPP a partir do estudo da avaliação dos sistemas que são organizados em Ciclos e da Progressão Continuada com o objetivo de evitar a reprovação e evasão. Para isso, desenvolve-se a avaliação contínua, com reforço para os alunos com menor desempenho, enfatizando o papel do aluno e professor frente ao novo processo educativo.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Este trabalho objetiva analisar a concepção de avaliação da aprendizagem presente no Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Cecília Meireles, verificando se corresponde a organização do ensino em ciclos de aprendizagem.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Analisar o processo de avaliação nos ciclos do Ensino Fundamental.
- Identificar a relação da avaliação com a democratização do ensino, enfatizando o papel do professor e do aluno.

1.2 Justificativa

O direito à educação é garantido pela Constituição Federal (1988) e regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB (1996). É dever primordial do gestor escolar, garantir a consolidação prática e efetiva deste

direito, tornando o ensino de qualidade acessível ao aluno, contribuindo para a sua permanência no ambiente escolar, a partir de uma gestão democrática. O Projeto Político Pedagógico (PPP) elaborado pelos segmentos da escola, sem exceção conterá ações concretas a ser desenvolvidas com empenho, cumprindo e fazendo cumprir a lei.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) aponta para um modelo dinâmico e proveitoso de avaliação. A organização do ensino fundamental em Ciclos permite ampla flexibilidade e disponibiliza tempo para o aluno, uma vez que o ciclo compreende no mínimo dois anos, e o aluno só poderá ser retido ao final do ciclo, se não adquirir as competências e habilidades necessárias. Em conformidade com a Resolução da SEE nº2197/2012, ficou determinado a organização do Ensino Fundamental em quatro ciclos.

A avaliação da aprendizagem é um valioso recurso pedagógico, pois seus resultados permitem que a escola e professores, reflitam sobre suas práticas, serve como ponto de partida para (re) planejamento, fazer as devidas intervenções em tempo, para que a escola cumpra sua função social, de que todos os alunos aprendam.

A avaliação é apontada como um dos principais fatores da produção da repetência no interior da escola, constituindo-se no principal mecanismo de legitimação do fracasso escolar, mudar as finalidades a que vem servindo a avaliação – discriminar, classificar, selecionar – é condição para superar o regime de seriado, o desafio é vivenciá-la como um processo formativo que subsidie a tomada de decisões, e a melhoria da qualidade de ensino; a avaliação deve ser contínua, informando a evolução do educando em relação à sua aprendizagem e aos objetivos propostos. (SOUSA, 2007, p.36)

Assim, a avaliação como elemento integrante do PPP deve ser dinâmica e eficaz, onde buscará a transformação da realidade, e um modelo democrático e participativo, que enfatize a avaliação formativa. E por fim, a relação da avaliação da aprendizagem com a democratização do ensino, com a permanência gratificante do aluno na escola e a tão almejada educação de qualidade.

1.3 Revisão de Literatura

A análise realizada foi baseada em pesquisas no site Google, utilizando os termos: “Organização do ensino fundamental em ciclos”, “Concepções avaliação Escolar” e “Avaliação da aprendizagem”. Foram selecionados, seis artigos, por

autor: Chueiri - *Concepções sobre avaliação Escolar*, Alavrse (2009) - *Organização do Ensino Fundamental em Ciclos e Avaliação e A Organização do Ensino Fundamental em Ciclos: algumas questões*; Azevedo (2008) - *A Organização do Ensino em Ciclos e o Regime da Progressão Continuada* e Poliche (2006) - *A progressão continuada e suas implicações na avaliação da aprendizagem*.

Foram realizadas buscas no site da Universidade de São Paulo (USP), utilizando como termos de busca: “avaliação da aprendizagem nos ciclos”; foi selecionado o artigo de Sousa (2007) – *Avaliação, ciclos e qualidade do Ensino Fundamental: uma relação a ser construída*. E também, adotou-se o livro de Luckesi (2008) - *A avaliação da Aprendizagem Escolar*.

Foi consultada a legislação educacional: a Constituição Federal (artigo 205 e 206), a Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional (Artigos 7, 24, 32 e 36) e a Resolução SEE nº 2197/2012(artigos 69 a 81).

Enfatiza-se que os artigos, a legislação e a obra selecionada, foram escolhidos com ênfase na concepção de avaliação da aprendizagem nos ciclos do ensino fundamental, papel do professor e aluno e sua relação na democratização do ensino.

1.4 Percurso teórico metodológico

Foi realizado uma análise do PPP da escola baseando no referencial teórico e na legislação vigente, adotando os métodos: (I) escolha dos autores para referencial teórico; (II) pesquisa do tema na legislação vigente; (III) seleção do referencial teórico e da legislação pertinentes; (IV) análise do PPP com base nos teóricos e na legislação; (V) levantamento dos avanços e dos aspectos que necessitam ser aprimorados, da visão e atuação da escola com um processo educativo que contribui para a democratização do ensino.

2. Avaliação da aprendizagem em Ciclos do Ensino Fundamental

A Resolução da SEE de nº 2197 de 26 de outubro de 2012, em seu artigo 69, determina que a avaliação da aprendizagem dos alunos deva ser redimensionadora da ação pedagógica, e:

I - assumir um caráter processual, formativo e participativo; II - ser contínua, cumulativa e diagnóstica; III - utilizar vários instrumentos, recursos e procedimentos; IV - fazer prevalecer os aspectos qualitativos do aprendizado do aluno sobre os quantitativos; V - assegurar tempos e espaços diversos para que os alunos com menor rendimento tenham condições de ser devidamente atendidos ao longo do ano letivo; VI - prover, obrigatoriamente, intervenções pedagógicas, ao longo do ano letivo, para garantir a aprendizagem no tempo certo; VII - assegurar tempos e espaços de reposição de temas ou tópicos dos Componentes Curriculares, ao longo do ano letivo, aos alunos com frequência insuficiente; VIII - possibilitar a aceleração de estudos para os alunos com distorção idade-ano de escolaridade. (MINAS GERAIS, 2012)

Neste cenário a avaliação se apresenta em uma nova concepção, a de um processo que envolve diagnóstico, acompanhamento e busca superação. No atual processo avaliativo deve ressaltar as competências e habilidades que os alunos deverão adquirir até o final de cada ciclo de escolaridade.

No Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Cecília Meireles avaliar “significa medir quantitativamente e qualitativamente todo o processo de aprendizagem, é o resultado do empenho de toda a comunidade escolar.” (PPP, p. 18). Segundo Chueiri (2008) essa concepção da escola de “avaliar para medir”, considera que a aprendizagem pode ser medida, reduz o ato de avaliar à prova, considerando-a medida da quantidade de conhecimento que os alunos adquiriram”.

O Projeto da Escola apresenta como função da avaliação “obter informações sobre os progressos e as dificuldades de cada aluno, verificando os pontos fortes e fracos da aprendizagem, visando o avanço dos métodos de ensino e resultados encontrados e atribuindo a cada um sua responsabilidade nesse processo.” (PPP, 2014, p. 19). Nesta concepção da função da avaliação, o ato de avaliar já apresenta outro aspecto, passa de “avaliar para medir, para avaliar para qualificar”. Segundo Chueiri (2008, p.61), “avaliar para qualificar exige que a questão metodológica da avaliação seja tratada com pluralidade e maior flexibilidade, a fim de contemplar as diferenças”. Assim a avaliação na escola respeita o tempo que cada aluno necessita para aprender, e propõe a intervenção dos alunos com baixo rendimento.

Os planejamentos dos professores são elaborados a partir da avaliação diagnóstica realizada no início do ano letivo, sob a orientação das especialistas. O planejamento é anual, subdividido por bimestres, de forma flexível adequado conforme o perfil da turma e aprendizagem dos alunos. Ela faz uma sondagem de conhecimentos já adquiridos, constrói novos conhecimentos através das falhas, acertos e troca de experiências que somados são pontuadas no final de cada bimestre ou no final do ano letivo, cabendo ao educador um acompanhamento contínuo do aluno, sua trajetória na construção do conhecimento.”(PPP, 2014, p. 11)

De acordo com Luckesi (1990, p.81) a avaliação diagnóstica deve ser “assumida como instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que o aluno se encontra. Tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que possa avançar no seu processo de aprendizagem”.

O processo de avaliação deve assumir um papel transformador, observando o interesse da população. Todos os componentes devem ser avaliados: alunos, professores, gestores, etc., deve ter a colaboração de todos, desde as análises encontradas até as ações a serem tomadas, o cronograma e direcionamento das intervenções necessárias.(PPP, 2014, p.19)

O PPP da referida escola aponta como funções básicas da avaliação: “diagnosticar, ser formativa e somativa”. Assim, a escola adota os três tipos de avaliações (Diagnóstica, Formativa e Somativa). De acordo com o Projeto em estudo a avaliação diagnóstica serve como o ponto de partida para a elaboração dos planos de ensino dos professores; e a formativa corresponde ao acompanhamento contínuo do aluno.

A avaliação no Projeto apresenta os aspectos qualitativos e quantitativos, predominando os aspectos qualitativos, com prioridade para o estabelecimento de estratégias que possibilitam aos alunos com menor desempenho atingir o nível de aprendizagem desejável. A avaliação do rendimento dos alunos leva em consideração o contexto educativo, metodologias, materiais pedagógicos. A escola utiliza diversos instrumentos de avaliação: provas, relatórios diários, redações, anotações, seminário, observação, oral, etc. Os critérios avaliativos são discutidos entre professores e alunos mostrando o caráter democrático das avaliações. Segundo Alavarse (2009, p. 73) “abordar e ressignificar a avaliação, como prática pedagógica integrante do currículo escolar, está entre os aspectos mais desafiadores associados a uma proposta de organização do Ensino Fundamental em Ciclos”.

A organização em ciclos previstas na LDB está vinculada a democratização do ensino, com vistas a combater a evasão, a repetência, pois oferece uma estrutura mais dinâmica e flexível.

A proposição dos ciclos deve conduzir a um alongamento do tempo para que se possa trabalhar com objetivos mais amplos do que aqueles atualizados; portanto; ampliando as finalidades da escola e permitindo que se trabalhe melhor, isto é, que se trabalhe para que todos possam aprender. (ALAVARSE, 2009, p. 42)

Alavarse (2009) destaca a necessidade de regatar a centralidade das avaliações nas escolas organizadas em ciclos, com seu caráter formativo em contestação a avaliação somativa, a avaliação deve estar a serviço da aprendizagem, “a serviço do ato formativo desencadeado pela ação docente que por sua vez, deve estar associada ao compromisso com uma escola inclusiva.”

Para tanto a avaliação deve indicar e nortear os desafios que os alunos enfrentam, o que significa organizar o processo de ensino, inclusive as atividades complementares. Portanto mais uma vez a avaliação não pode ser confundida com a aprovação ou a retenção do aluno. Sua única e exclusiva razão estaria em subsidiar a aprendizagem (ALAVARSE, 2009, p.85)

Segundo Alavarse (2009, p.43) o principal objetivo da adoção dos ciclos era o combate à exclusão, ressaltando a importância da concepção da avaliação formativa. Assim, a organização em Ciclos contribui para a educação ser democrática e faz da escola uma instituição acolhedora, pois permite maior flexibilidade, evitando a evasão e a repetência, resultando na permanência com sucesso do aluno na escola.

Enfatiza-se que os educadores da Escola Estadual Cecília Meireles analisa em reuniões as taxas de evasão e repetência, porém não apresentam ações concretas, de como evitá-las, apenas a intervenção em casos de dificuldade da aprendizagem. Nesse sentido, Sousa (2007) afirma que

O desafio é colocar a avaliação a serviço da democratização da escola, sendo assumida como processo capaz de contribuir para o avanço do conhecimento sobre o contexto em análise, informando sobre a realidade, revelando intencionalidades, evidenciando tendências da prática, produzindo subsídios para a construção de respostas e propostas de intervenção, que potencializem a concretização da escola para todos. O horizonte que se impõe com ciclos é a construção de uma escola de qualidade para todos, para o que também se impõe uma nova organização do trabalho escolar, capaz de provocar uma transformação na cultura classificatória e seletiva hoje dominante no sistema escolar.(SOUSA,2007, p.35)

Destaca-se que a organização em Ciclos do Ensino fundamental da Escola Estadual Cecília Meireles demanda uma reorganização da gestão da escola, do currículo, das práticas dos professores e principalmente da avaliação. A escola ainda precisa dar mais ênfase à concepção do processo de avaliação nos ciclos e a progressão continuada, para que esta organização em ciclos não se torne em promoção automática dos alunos. A organização em ciclos está relacionada aos blocos pedagógicos, cada eixo apresenta o tema, quando deve ser introduzido (I),

aprofundado (A) e consolidado(C), em cada etapa. De acordo com Azevedo (2008, p.4) para que a organização em ciclos se efetive é necessária à adoção de uma avaliação contínua, durante todo o processo de ensino-aprendizagem.

O PPP da escola em questão define o professor e especialista como responsável pelo acompanhamento contínuo do aluno; estes devem buscar soluções quando os resultados não forem os desejados, falta à atuação das famílias.

O ponto central das transformações impostas pelo regime de progressão continuada é a nova concepção de avaliação, que pretende ultrapassar a ideia positivista de classificação conteudista, e de quantificação de resultados, substituindo-se por uma concepção de avaliação a serviço da aprendizagem e do aluno. (Poliche, 2006, p.19)

De acordo com Poliche (2006) com a implantação da Progressão Continuada, a avaliação supera a ideia de conteúdo, de quantificação, por uma avaliação a serviço da aprendizagem. No PPP a compreensão das finalidades da progressão continuada foi pouco explorada apesar de estar determinada pela SEE de Minas Gerais através da resolução SEE nº2197 de 26 de outubro de 2012.

3. A relação entre a avaliação e a democratização do ensino

A linha teórica pedagógica adotada pela escola é a sociointeracionista. Nesta linha teórica a avaliação deve ser mais efetiva, contar com novas estratégias de avaliação, para se chegar aos conhecimentos, competências e habilidade que devem ser consolidados ao longo de cada ciclo. A avaliação constitui um processo longo e contínuo de aprendizagem, que necessita de maior interação entre educador e educando tornando a sala de aula um lugar de socialização. Nesta linha teórica o principal papel do professor é de mediador e orientador das atividades de seus alunos, priorizando a exploração e a descoberta pelo aluno, com foco na apropriação e compreensão dos conteúdos.

De acordo com Poliche (2006, p.16-19) no sistema organizado em Ciclo as metodologias de ensino devem ser modificadas, assim como o papel do professor e do aluno. Para o autor o ponto mais importante desta mudança refere-se ao processo de avaliação da aprendizagem, pois não existe retenção intraciclos, e a avaliação se torna o principal instrumento de acompanhamento do desenvolvimento escolar do aluno, pois é por meio dela que os educadores vão detectar os alunos

que necessitam intervenção, assim como progressos. Na escola a avaliação tem a função de detectar os avanços e dificuldades de aprendizagem dos alunos, para melhoraria dos métodos de ensino e resultados, atribuindo a cada um suas responsabilidades.

O aluno na corrente psicológica sociointeracionista deve ser atuante. Mas na escola a autoavaliação acontece somente por parte dos professores em reuniões. A questão do aluno como protagonista da sua aprendizagem precisa ser bastante repensada pela escola.

Segundo Luckesi (1990, p.83) “no que se refere a proposição da avaliação e suas funções, há que se pensar na avaliação como instrumento de diagnóstico para avanço e para tanto, ela terá as funções de autocompreensão” do sistema, do aluno e do professor. Por meio da avaliação o professor pode verificar se o seu trabalho está “eficiente ou sofrendo desvios” e, ao aluno, mostra o nível de aprendizagem em que se encontra, adquirindo consciência de seus limites e da necessidade de avanço. Como meio de autocompreensão a avaliação apresenta carácter participativa.

O professor a partir de instrumentos adequados de avaliação, discute com os seus alunos o estado de aprendizagem que eles atingiram. O objetivo da participação é professor e alunos chegarem juntos a um entendimento da situação de aprendizagem, que por sua vez está articulado ao com o processo de ensino.(Luckesi, 1990, p. 84)

Luckesi (2008, p.60-66) faz três implicações essenciais sobre a democratização do ensino: a democratização conta com o acesso de todos à educação escolar (acesso universal); a democratização do ensino é a permanência do educando na escola e a conseqüente terminalidade escolar; e o último, refere-se à qualidade do ensino. Para o autor a escola democrática deve contar com estes três fatores.

Uma avaliação escolar conduzida de forma inadequada pode possibilitar a repetência e esta tem conseqüências na evasão. Por isso, uma avaliação escolar realizada com desvios pode estar contribuindo significativamente para um processo que inviabiliza a democratização do ensino. (...) Quanto ao terceiro fator, qualidade do ensino oferecido, a avaliação da aprendizagem escolar, uma vez mal-realizada, exerce um importante papel antidemocrático no processo de escolarização. (LUCKESI, 2008, p. 66)

A relação entre a avaliação e a democratização do ensino para Luckesi está em compreender o que é a avaliação e sua prática. Para o autor temos que entendê-

la “como um juízo de qualidade sobre dados relevantes, tendo em vista a tomada de decisão, o que fazer com o aluno que apresentou aprendizagem insatisfatória, se não tomar atitudes a avaliação perde o seu ciclo constitutivo”.

De acordo com Luckesi (1990, p.81) para que a avaliação sirva a democratização do ensino é preciso alterar a sua utilização de avaliação classificatória para avaliação diagnóstica, seus resultados devem ser utilizados para diagnóstico da situação do aluno e propor a tomada de decisões. A avaliação diagnóstica “assumida como instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que o aluno se encontra. Tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que possa avançar no seu processo de aprendizagem”. Para Alavarse (2009, p.85) a avaliação tem como função o diagnóstico do processo de ensino e aprendizagem, permitindo o seu contínuo aprimoramento. Nesta perspectiva os resultados das avaliações servem para orientar a aprendizagem.

Na referida escola, a avaliação contribui em parte para a democratização do ensino, quando por meio da avaliação diagnóstica são levantadas as defasagens dos alunos e a tomada de decisões sobre como saná-las. A intervenção acontece por meio do PIP, o que possibilita ao aluno a superação de suas dificuldades, permitindo a continuidade de sua trajetória escolar e a concluir com sucesso garantindo assim a educação como direito de todos e de qualidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada objetivou verificar se a concepção de avaliação da aprendizagem do PPP (Projeto Político Pedagógico) da referida escola corresponde à concepção de avaliação em um sistema de ensino organizado em ciclos. Ao analisá-la, encontram-se aspectos a serem ressaltados, sendo o primeiro, a concepção que a escola tem de avaliação como processo dinâmico; processo este que apresenta a preocupação constante com os aspectos qualitativos ao considerar todo o processo educativo. O outro refere-se à concepção de que a avaliação não se aplica apenas ao aluno, mas também serve de referencial para que a escola como um todo (inclua-se aí, os professores), reveja as suas ações.

De acordo com os teóricos e com a legislação vigente, a concepção de avaliação da aprendizagem predominante nos sistemas organizados em ciclos, é a da avaliação formativa. Esta deve ser *repensada* pela escola, pois em muito poderá contribuir tendo como alvo, a excelência da qualidade do ensino.

A organização pela escola do ensino fundamental em ciclos permitiu mais flexibilidade, respeitando o ritmo do aluno. Porém neste sistema, faz-se necessário a compreensão e o desenvolvimento de ações por meio do regime de progressão continuada, propiciando ao aluno a continuidade de sua trajetória escolar, sem interrupção. A progressão continuada foi pouco explorada na elaboração do projeto.

Outro ponto de suma importância a ser ressaltado, é a elaboração do PIP (Projeto de Intervenção Pedagógica), que busca a superação das dificuldades dos alunos que não apresentam um nível mínimo de aprendizagem desejado, o que contribui para a permanência do aluno na escola, bem como no tocante à melhoria do ensino, evitando conseqüentemente, a retenção e/ou evasão. Neste sentido, caracteriza-se a escola, como acolhedora das diferenças diversas e diversificadas, reafirmando os princípios constitucionais de uma educação de qualidade para todos.

O papel do docente enquanto mediador, orientador e responsável pelo acompanhamento contínuo junto do aluno, deve contar com uma relação de mais interação com o educando, que tornará o processo de avaliação mais participativo.

A escola precisa analisar os objetivos e as finalidades da avaliação diagnóstica, que deverá ser com esmero, melhor explorada. Deve ser ainda, um ponto de partida não só para o planejamento dos professores, mas um instrumento inicial tanto para a intervenção e a necessária mudança de postura quanto para práticas futuras e a tomada de decisões acertada.

A atuação da equipe gestora no processo de avaliação deve ser revista, sendo prática, pois cabe ao gestor o papel de líder; e partindo deste princípio, o líder é o responsável primeiro pela motivação e pela proposição de mudanças necessárias, buscando soluções e resoluções, junto à sua equipe, a saber: especialistas, professores, alunos e pais. O processo de avaliação deve ser a todo instante, participativo e democrático. Assim sendo, no que se refere à tomada de decisões, fomentará indiscutivelmente, a alta responsabilidade que se é exigida, quando se tem em vista, os resultados excelentes a serem alcançados pela escola.

Que os resultados desta análise, possam contribuir para as discussões no momento da reelaboração do projeto da escola, pois a concepção de avaliação da

aprendizagem (constante no tópico de avaliação da aprendizagem do PPP), apesar de apresentar grandes avanços com a organização em ciclos para atender aos objetivos propostos pela legislação ao implantar a organização do ensino fundamental em ciclos, em muito precisa ser aprimorada. A concepção de avaliação da escola deve destacar os aspectos da avaliação formativa, ao passo que a diagnóstica, deve ser um ponto de partida, não apenas no planejamento dos professores, outrossim na tomada de decisões, nas mudanças de posturas e de práticas eficientes e que mostram resultado. Enfim, o processo de avaliação deve ter participação mais ampla e abrangente e ser democrático o tempo todo.

5. REFERÊNCIAS

ALAVARSE, Ocimar Munhoz. Organização do Ensino Fundamental em Ciclos e Avaliação. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 13, n.1, p.73-89, 2009.

_____. A Organização do Ensino Fundamental em Ciclos: algumas questões. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, v. 14, n.40, p.35-50, 2009.

AZEVEDO, Antulio José de. A Organização do Ensino em Ciclos e o Regime da Progressão Continuada. **Revista Científica Eletrônica de Pedagogia**. São Paulo, n.12, 2008. Disponível em: < <http://faef.revista.inf.br> > Acesso em: 28 dez. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (CF)**. 1988. Promulgada em 05 de outubro de 1988: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Leis e Decretos. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br> > Acesso em: 12 mai. 2014.

CHUEIRI, Mary S. F. Concepções sobre Avaliação Escolar. **Estudos em Avaliação Educacional**. V. 19, n. 39, 2008. Disponível em: < <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1418/1418.pdf> > Acesso em: 05 de jan. 2015.

MINAS GERAIS. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Estadual Cecília Meireles. Cidade Nova/MG, 2014.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2008.

POLICHE, Alessandra H. **A progressão continuada e suas implicações na avaliação da aprendizagem**. Dissertação (Mestre em Educação). Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2006. Disponível em: < <http://www.sapientia.pucsp.br> > Acesso em: 02 de jan. 2015.

SOUSA, Sandra Zákia Avaliação, Ciclos e Qualidade do Ensino Fundamental : Uma Relação a ser construída .**Estudos Avançados**. São Paulo, v. 21, n. 60, p.27-44, 2007.

6. ANEXOS



escola de **gestores**
da educação **básica**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL
CECÍLIA MEIRELES**

**ELIANETE GONÇALVES DE OLIVEIRA
ELIZABETE DE AZEVEDO ALVES
GLAYCIMAR APARECIDA GONÇALVES RIBEIRO
NATÁLIA FERNANDA LOBATO DE ABREU
ROSEANE ALVES DE ANDRADE**

BELO HORIZONTE, 2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL
CECÍLIA MEIRELES**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Lidiane Xavier de Faria do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2014

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 3 |
| 1. FINALIDADES DA ESCOLA | 5 |
| 2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL | 7 |
| 2.1 Estrutura Organizacional Administrativa | 8 |
| 2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica | 10 |
| 3. CURRÍCULO | 11 |
| 4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES | 13 |
| 5. PROCESSOS DE DECISÃO | 16 |
| 6. RELAÇÕES DE TRABALHO | 18 |
| 7. AVALIAÇÃO | 19 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 24 |
| REFERÊNCIAS | 26 |

INTRODUÇÃO

A escola constitui uma das instituições responsáveis pela promoção da educação, através da educação escolar ela define o tipo de cidadão que deseja formar. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) dá às escolas, conforme o artigo 12, autonomia para elaborarem e executarem sua proposta pedagógica. O que lhes confere certo nível de autonomia pedagógica, administrativa e financeira. De acordo com Sens (2014, p.1) “A autonomia permite à escola a construção de sua identidade e à equipe escolar uma atuação que a torna sujeito histórico de sua própria prática”.

A Escola Estadual Cecília Meireles está localizada na Rua Magnólia, número 222, bairro Bela Vista, Cidade Nova/MG, telefone (37)3270-3300 e E-mail: escola.33666@educacao.mg.gov.br. É uma instituição integrante da Rede Estadual de Ensino, mantida pelo Governo do Estado de Minas Gerais, no entanto o prédio é cedido pela prefeitura desde a sua construção, e atualmente está em processo de doação.

Com o crescimento contínuo da cidade, novos bairros foram surgindo e as duas escolas existentes não conseguiam mais atender a demanda escolar, o que dificultava o acesso dos alunos. Então, um fazendeiro da época doou um terreno com área de 1.570 m² à prefeitura, que construiu o prédio e o Estado fundou a escola, que em homenagem à escritora recebeu o nome de Escola Estadual Cecília Meireles. A escola foi fundada em 22 de março de 1985 e inaugurada em 05 de agosto de 1985 com o antigo ensino do 1º grau. Inicialmente contava apenas com quatro salas de aula. Em 05 de fevereiro de 1991 através Resolução nº6.813/91 foi implantada a extensão do Ensino Fundamental e com o Decreto 43.936 de 22 de dezembro de 2004 ocorreu a implantação do Ensino Médio. Nos últimos anos foram feitas algumas ampliações e adaptações para atender o aumento no número de alunos.

Atualmente a escola atende a 930 alunos do bairro Bela Vista, de quatorze bairros vizinhos e da zona rural, respeitando e valorizando a cultura local, experiências de vida dos seus alunos, famílias e da comunidade onde a escola está inserida. Tem a finalidade de ministrar o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos (nível médio). Funciona em três turnos com vinte e sete turmas.

Os alunos apresentam nível socioeconômico bem diversificado e a maioria com nível de aproveitamento intermediário. Há predominância de alunos provenientes de famílias carentes em todos os aspectos: social, cultural e econômico. Alguns alunos com dificuldades de aprendizagem acentuada. Muitos alunos não moram com os pais, pertencem a famílias mono parentais: são criados só pela mãe, ou pelo pai e/ou mesmo por avós. As famílias em sua maioria são operárias das fábricas existentes na cidade, possuem nível de escolaridade muito baixo e alguns são analfabetos. Alguns pais apresentam problemas de alcoolismo e outras drogas que circulam no meio, estes problemas naturalmente, não deixam de influenciar na vida escolar dos alunos.

O espaço físico da escola é insuficiente para atender sua demanda. Sua estrutura física é precária, faltam salas e muitas são usadas de forma improvisada e não tem acessibilidade. Não conta com laboratório de ciências, o laboratório de informática é ineficaz, a quadra de esportes é coberta, a biblioteca não tem espaço suficiente para a maioria das atividades pedagógicas necessárias.

A maioria dos docentes possui formação em nível superior e pós-graduação. Participam de formação continuada e de outras atividades extracurriculares que são essenciais para a qualidade do ensino. No entanto, alguns discordam das políticas do estado por acreditarem que a educação não é tão valorizada quanto deveria e as ações não acontecem na mesma proporção que as teorias. Todos acreditam na educação como elemento essencial e transformador de uma sociedade.

O PPP é a expressão e a mediação para a mudança na escola: serve para que a comunidade escolar estabeleça o 'seu rumo', delineando seus princípios, suas diretrizes e suas propostas de ação para melhor organizar e significar as atividades desenvolvidas na escola como um todo. Trata-se, portanto, não apenas de um documento elaborado por um grupo restrito e 'doado' para a escola; o PPP não começa e nem acaba em um texto escrito. (CAMPOS e SCHEIBE, 2014, p.1).

Segundo Oliveira (2005, p. 31) "o PPP, ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento". O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Cecília Meireles é um projeto coletivo, compreendido como movimento de planejamento participativo, que partiu do diagnóstico da realidade da escola e ao que ela deseja ser, sua identidade.

A ideia de gestão democrática como sendo o processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola. Este processo, sustentado no diálogo e na alteridade, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito a normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola. (SOUZA, 2005, p.1).

Para Veiga (1997, p.27) “é no Projeto Político Pedagógico que são definidas as prioridades e necessidades de uma unidade escolar, para o direcionamento de sua atuação rumo à qualidade de ensino.”, o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Cecília Meireles foi elaborado pela equipe escolar, contando com a participação dos funcionários, alunos e pais analisando as prioridades e necessidades da escola, tendo como objetivo melhorar a qualidade do ensino.

A reestruturação do Projeto Político Pedagógico da escola Cecília Meireles é mais do que uma exigência legal, é momento de discussão, análise da escola que temos para a organização, construção e definição de ações. Foi um momento necessário, pois como seres mutáveis, vamos traçando metas, avaliando ações, revendo conceitos, planejando e buscando a concretização dos ideais almejados. No decorrer do trajeto vamos percebendo que alguns projetos não foram exitosos, algumas metas não foram alcançadas, alguns métodos não apresentaram bons resultados. Nossa realidade vigente não alcançou nossas perspectivas. Por isso a necessidade de rever, replanejar, reestruturar e mudar estratégias, buscando alternativas para os principais problemas enfrentados pela escola, onde as decisões são tomadas de forma coletiva, baseadas no diálogo, onde os diversos segmentos são coparticipantes no trabalho pedagógico.

Para Cury (2014, p.11), “a gestão do projeto pedagógico é tarefa coletiva do corpo docente, liderado pelo gestor responsável, e se volta para a obtenção de outro princípio constitucional da educação nacional que é a garantia do padrão de qualidade”. Sendo assim, a escola realizou oficinas envolvendo a direção, corpo docente, discentes, auxiliares de serviços e pais para reflexão sobre as cinco dimensões do Projeto Político Pedagógico.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

O direito à educação não ficou restrito à Constituição Federal, foi enfatizado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), no Plano Nacional de Educação, nos pareceres e resoluções dos conselhos de educação dos Estados e da União. A educação consiste no principal fator de transformação do ser humano, através dela ele desenvolve competências, habilidades capazes de modificar a sua realidade, pois descobre a sua dimensão interior e a busca da autorrealização. A Escola Estadual Cecília Meireles, como instituição escolar constitui parte do amplo processo social de transformação da sociedade.

A escola precisa conhecer sua clientela, conhecer sua história para construir o seu próprio Projeto Político Pedagógico e assumir sua função social. No atual cenário a Escola Estadual Cecília Meireles tem por finalidade atender os alunos do Bairro Bela Vista e entorno, respeitando e valorizando sua experiência de vida, de suas famílias e a cultura local. Tem como objetivo geral estimular e impulsionar a equipe pedagógica para promover métodos eficientes que resultem na melhoria constante da qualidade do ensino.

A escola tem como objetivos específicos: conhecer, analisar e compreender os resultados obtidos pela instituição nas avaliações sistêmicas articulando as ações de planejamento às ações avaliativas (externas e internas), planejar e programar intervenções pedagógicas com práticas inovadoras numa perspectiva interdisciplinar com vistas a possibilitar o desenvolvimento dos alunos que se encontram em todos os níveis de desenvolvimento (baixo, intermediário e recomendável) criando mecanismos de atendimento diferenciado aos alunos que apresentam maior dificuldade de aprendizagem envolvendo toda a equipe da escola, envolver a família no processo de intervenção pedagógica como parceiros e corresponsáveis por todas as ações previstas para a melhoria da aprendizagem dos alunos, adequar os espaços temporais para possibilitar a revisão da prática pedagógica dos professores a partir de estudos, discussões e planejamentos coletivos garantindo a efetivação das ações planejadas.

Sendo a escola responsável em formar pessoas críticas, participativas, questionadoras, capazes de exercer sua cidadania e reconhecendo a complexidade da prática educativa, busca na reelaboração do Projeto Político Pedagógico subsídios que auxiliem na tarefa de assumir como educadores, a responsabilidade e importância no processo de formação dos alunos. A linha teórica pedagógica adotada pela escola é a Sócio Interacionista. O corpo docente da escola está em

constante busca para melhorar sua prática, estudando sempre as teorias dos grandes pensadores da educação como: Paulo Freire, Henri Wallon, Emília Ferreiro, Jean Piaget, e Vygotsk. Isso em busca de subsídios teóricos para análise e redimensionamento de sua prática educativa para que assim possam em conjunto buscar soluções para sanar as dificuldades tanto dos alunos como dos próprios professores.

Cada segmento da Escola tem suas atribuições definidas, na qual todos trabalham em prol de um ensino eficiente, associando a teoria à prática, planejando, gerenciando e possibilitando ao ser humano a oportunidade de sair do papel passivo e assumir com efetividade o de sujeito ativo e crítico da vida e da história. Como cita Delors (1998, p.85) a escola busca proporcionar ao aluno, “a oportunidade de aprender a aprender, aprender a fazer e aprender a ser.” A apropriação dos conhecimentos nas diferentes áreas, a cooperação, o senso crítico, a criatividade, a curiosidade, a responsabilidade, o crescimento da autonomia e o respeito aos outros, são valores que fundamentam a educação. Garantir entre alunos e funcionários uma convivência pacífica, respeitosa, solidária e amigável na escola e na comunidade.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Cecília Meireles propõe rever objetivos, conteúdos, formas de desenvolvimento das atividades, avaliações, expectativas de aprendizagem e maneiras de auxiliar os alunos em seus estudos. Visa oferecer ao educando condições para o acesso e a permanência na escola, liberdade de aprender, pesquisar e divulgar instrumentos de compreensão da realidade local. Incentivar a participação dos educandos em relações sociais diversificadas e interdisciplinares cada vez mais amplas removendo obstáculos na conquista da igualdade social para todos.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A gestão democrática como princípio da educação nacional, presença obrigatória em instituições escolares públicas, como a forma dialógica, participativa com que a comunidade educacional se capacita para levar a termo, um projeto pedagógico de qualidade e da qual nasçam cidadãos ativos participantes da sociedade como profissionais comprometidos. (CURY, 2014, p.11).

A Escola Estadual Cecília Meireles, no exercício de uma educação democrática, realiza suas atividades conforme o que determina o artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996).

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto da escola; II - participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996).

A escola desenvolve seu Trabalho com diferentes atividades que integradas compõem as dimensões: administrativa, financeira e pedagógica. Subdividindo em estrutura organizacional administrativa e estrutura organizacional pedagógica.

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

O quadro de funcionários da escola é determinado por resolução anual da Secretaria de Estado da Educação conforme o número de alunos matriculados. O quadro administrativo da escola Cecília Meireles, é formado pela diretora, com carga horária de quarenta horas semanais, oito horas diárias, intercalando em três turnos (manhã, tarde e noite); duas vice-diretoras, cumprindo trinta horas semanais, sendo uma no turno da manhã e uma no turno da noite, três especialistas que auxiliam nas questões pedagógicas e administrativas e quarenta professores que atuam no Ensino Fundamental e Médio nos três turnos, todos são habilitados, com formação em nível superior e a maioria com especialização.

A escola conta com uma secretária responsável pela parte funcional (benefícios, contagens de tempo, coordenação das atividades desenvolvidas na secretaria) e cinco auxiliares Técnicas da Educação Básica (com carga horária de trinta horas semanais), desempenhando atividades de registros, atualização da vida escolar dos alunos, atendimento e prestação de contas. Doze Auxiliares de Serviços da Educação Básica com as tarefas específicas de elaborar a merenda, manter a higiene, limpeza e conservação dos móveis, recepção dos alunos e pequenos reparos.

Segundo Dourado (2014, p. 21), “a qualidade do ambiente escolar e das instalações também concorre para a definição de condições de oferta de ensino de qualidade”. A estrutura física da escola é bastante precária. As salas de aula não são tão arejadas e os ventiladores acabam sendo insuficientes. A cantina, sala dos professores, secretaria e biblioteca, os espaços são insuficientes. Na escola não há: sala de vídeo, laboratório de Ciências, sala de supervisão. O depósito para

mantimentos, almoxarifado e sala para direção são improvisados. O laboratório de informática com dez computadores, apesar de vários reparos não funcionam (aparelhos obsoletos). A biblioteca com espaço insuficiente, não tem acessibilidade. A quadra é coberta. O número de mesas e cadeiras para alunos é suficiente e estão em bom estado. Existe uma televisão, um retroprojeter, um episcópio, dois aparelhos de DVD, quatro aparelhos de som portáteis, dois computadores na secretaria com acesso à internet, um computador com acesso à internet para uso administrativo, um Datashow e um microscópio. Na cozinha tem uma geladeira, um congelador, forno elétrico, dois fogões industriais e um micro-ondas. Na sala dos professores tem uma geladeira e um computador com acesso à internet. Há também Instrumentos que compõem uma fanfarra de pequeno porte. O acervo literário é bom. O telhado, as redes hidráulica e elétrica estão precários. A reforma e ampliação da escola é sonho de décadas, mas existem questões burocráticas, como o processo de doação pela Prefeitura ao Estado que está sendo formalizado. Como até o momento o prédio é cedido não houve nenhuma reforma efetuada pelo estado.

Os recursos financeiros são disponibilizados pela União e Estado através dos programas PDDE, PDE, PNAE, além dos recursos pré-determinados no decorrer do ano para manutenção e custeio. A escola realiza festa junina e recebe valores pouco significativos como doações, que são caracterizados como recursos próprios. Os recursos são usados conforme as necessidades da escola, definido pelo Conselho Escolar, sendo elaboradas as prestações de contas de todos os recursos adquiridos conforme a legislação vigente, e apresentadas para o conhecimento da comunidade, cumprindo os princípios da legalidade, publicidade e transparência.

Segundo Cury (2014, p. 21), “a gestão contemporânea impõe novos campos de articulação e de consulta. Hoje há um número já considerável de conselhos que permeiam o ambiente escolar”. O Colegiado Escolar da escola, órgão deliberativo e consultivo nos assuntos referentes às questões pedagógicas, administrativas e financeiras, é composto pela diretora como presidente. Dois representantes com seus respectivos suplentes dos segmentos de alunos, demais funcionários da escola, professores, pais (de alunos menores de quatorze anos). A Comissão de Licitação, o Conselho Fiscal, são conselhos que existem na escola, fazem parte dos elementos que contribuem para uma gestão democrática.

2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica

A escola tem vinte e sete turmas sendo dez no turno da manhã (Anos Finais do Fundamental e Ensino Médio), dez no turno da tarde (Anos Iniciais) e sete turmas no turno da noite (Ensino Médio Regular e EJA). A média de alunos por turma varia conforme o nível de ensino, sendo para os Anos iniciais, 25 alunos por turma, anos finais, 35 alunos por turma e Ensino Médio com 40 alunos por turma, variando a mais ou a menos em algumas turmas. A escola mantém a continuidade de seus alunos em curso e conforme a capacidade de oferta de vagas recebe alunos da rede municipal e bairros vizinhos. As turmas são formadas por idade e nível de escolaridade sendo heterogêneas.

O Ensino Fundamental estrutura-se em quatro ciclos de escolaridade, considerados como blocos pedagógicos: Ciclo da Alfabetização, com a duração de três anos de escolaridade (1º, 2º e 3ºano) e os demais ciclos com duração de dois anos, Ciclo Complementar (4º e 5ºano), Ciclo Intermediário (6º e 7ºano) e Ciclo da Consolidação (8º e 9ºano). E o Ensino Médio com duração de três anos (1º 2º e 3ºano).

Conforme Dourado (2014, p. 8), “as pesquisas e os estudos sobre a qualidade da educação revelam também que uma escola eficaz é resultado de uma construção de sujeitos engajados pedagógica, técnica e politicamente no processo educativo.” Os educadores da Escola Estadual Cecília Meireles, juntamente com alunos e pais, como participantes ativos, possibilitam que a escola apresente resultado otimista quanto à aprendizagem. Os alunos desta escola, tanto dos anos iniciais como dos anos finais do Fundamental e os alunos do Ensino Médio, tem a oportunidade de fazer uso de todos os materiais didáticos disponíveis na escola e de outros materiais complementares provindos de pesquisas dos alunos e professores da escola, para enriquecimento do conhecimento.

Os planejamentos dos professores são elaborados a partir da avaliação diagnóstica realizada no início do ano letivo, sob a orientação das especialistas. O planejamento é anual, subdividido por bimestres, de forma flexível adequado conforme o perfil da turma e aprendizagem dos alunos. Os professores utilizam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), nos anos iniciais utilizam também as Matrizes Curriculares/CEALE para o Ciclo de Alfabetização inicial e Ciclo

Complementar, os professores dos Anos Finais (Ciclo Intermediário e o Ciclo de Consolidação) e do Ensino Médio utilizam para planejamento os CBCs. A Educação de Jovens e Adultos, destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino médio na idade própria, proporciona-lhes o direito de constante aperfeiçoamento e desenvolvimento de suas aptidões em sua vida profissional e social, através de atividades diferenciadas conforme seu contexto sociocultural.

A maioria dos professores trabalha de forma interdisciplinar para que os alunos alcancem os domínios e competências necessários para alcançar a meta proposta que é uma educação de qualidade. Os professores participam ativamente da elaboração do Plano de Intervenção Pedagógica de acordo com as necessidades de cada turma, onde os alunos receberão suporte para sanar suas dificuldades. As reuniões pedagógicas ocorrem quinzenalmente por turno e mensal de forma integrada (para assuntos pedagógicos e administrativos).

A presença da família é de fundamental importância, mas nem sempre ela ocorre na proporção necessária por indisponibilidade de tempo dos pais. Além das reuniões bimestrais, os pais são convidados individualmente sempre que necessário. Conscientes da importância de um trabalho coletivo, de forma democrática e participativa a comunidade escolar vai efetivando a participação a cada dia.

3. CURRÍCULO

O currículo como prática social produz sentidos para o que é imaginado e, dessa forma, o constrói. É por haver quem imagine o currículo de determinada maneira e conceba a existência de uma nacionalidade para esse currículo, com determinadas bases para o conhecimento escolar, é que se articulam ações locais e globais em torno do que é imaginado. (LOPES, 2006, p.45).

O currículo é mais do que um conjunto de disciplinas. Incluem experiências, vivências, questões regionais, socioculturais, conforme a realidade de cada estabelecimento de ensino. Há a necessidade de associar a teoria do currículo às práticas escolares. A relação teoria-prática requer diálogo, flexibilidade e integração

dos envolvidos no processo. Assim, estaremos rompendo limites e ampliando possibilidades.

Currículo é um importante elemento constitutivo da organização escolar. Currículo implica, necessariamente, a interação entre sujeitos que têm um mesmo objetivo e a opção por um referencial teórico que o sustente. Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito. Neste sentido, o currículo refere-se à organização do conhecimento escolar (VEIGA, 1997, p. 26).

A legislação educacional brasileira quanto à composição curricular contempla dois eixos: Uma Base Nacional Comum, obrigatória e definida pela União (Linguagem, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas) e uma parte diversificada, também obrigatória com conteúdos complementares definidos pela escola, conforme as características regionais e locais da comunidade.

A composição curricular da Escola Estadual Cecília Meireles busca a articulação entre os vários aspectos da vida cidadã (saúde, sexualidade, vida familiar e social, o meio ambiente, o trabalho, as ciências e a tecnologia, a cultura, as linguagens) com as áreas do conhecimento (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, Língua Estrangeira, Artes, Educação Física e Religião). Assim, a escola organiza suas bases curriculares de acordo com a legislação vigente, Federal e Estadual.

Conforme a Resolução 2.197/2012 da Secretaria de Estado da Educação, o Ensino Fundamental deve promover um trabalho educativo de inclusão, que reconheça e valorize as experiências e habilidades individuais do aluno, atendendo às suas diferenças e necessidades específicas, possibilitando assim, a construção de uma cultura escolar acolhedora, respeitosa garantindo o direito a uma educação que seja relevante, pertinente e equitativa. Os Temas Transversais serão desenvolvidos de forma interdisciplinar, assegurando assim, a articulação com a Base Nacional Comum e a Parte Diversificada. De acordo com a resolução, a organização curricular do Ensino Médio, abrange as áreas de conhecimento referentes a Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas,

deve garantir tanto conhecimentos e saberes comuns necessários a todos os estudantes, quanto uma formação que considere a diversidade, as características locais e especificidades regionais.

Nos anos finais do Ensino Fundamental as atividades pedagógicas serão organizadas de forma gradativa e crescente em complexidade, para os anos iniciais as Matrizes Curriculares e os guias do CEALE e para os anos finais os Conteúdos Básicos Comuns (CBC), de forma a consolidar e aprofundar os conhecimentos, competências e habilidades adquiridas nos Ciclos de Alfabetização e Complementar, acontecendo também no Ensino Médio, formando assim cidadãos capazes de ler e compreender textos de diferentes gêneros, inclusive os específicos da cada componente curricular e produzir com coerência e coesão, textos da mesma natureza, utilizando-se dos recursos gramaticais e linguísticos adequados e dominar os conceitos matemáticos pertinentes a cada ano de estudo. Como escola participante do Projeto Reinventando o Ensino médio, ela trabalha conteúdos interdisciplinares aplicados e conteúdos práticos.

Os temas e atividades trabalhadas respeitam as questões regionais e socioculturais, buscando sempre o melhor processo para atingir o objetivo proposto, priorizando sempre os aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Esta instituição não oferece Educação em Tempo Integral por não ter espaço físico disponível.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

O tempo é um dos elementos constitutivos da organização do trabalho pedagógico. O calendário escolar ordena o tempo: determina o início e o fim do ano, prevendo os dias letivos, as férias, os períodos escolares em que o ano se divide os feriados cívicos e religiosos, as datas reservadas à avaliação, os períodos para reuniões técnicas, cursos etc. (VEIGA, 1997, p.29).

O tempo Escolar na Escola Estadual Cecília Meireles está organizado de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). O ano letivo do Ensino Fundamental é de 200 dias, 40 semanas letivas, cinco dias letivos semanais. A carga horária anual do 1º ao 5º ano é de 800:00 h com módulos-aula de 48 minutos, a do 6º ao 9ºano, é de 833:20 h com módulos aula de 50 minutos. O intervalo com duração de quinze minutos. Sendo, portanto, 4h15minutos diárias do 1º ao 5º e 4h e 25 minutos do 6º ao 9º. O Ensino Médio (2º e 3º anos) regular tem a mesma duração de 4h e 25 minutos diárias, 833:20h anuais. As turmas participantes do Projeto Reinventando o Ensino médio têm carga horária de 3.000 horas, conteúdos interdisciplinares aplicados e conteúdos práticos e incluindo no turno diurno, o sexto horário.

Conforme Cavaliere (2007, p.1017) a organização social do “tempo de escola que, sendo a mais importante referência para a vida das crianças e adolescentes, tem sido, no mundo contemporâneo, um pilar para a organização da vida em família e da sociedade em geral”.

A enturmação segue o que especifica a Resolução 2.197 de 26 de outubro de 2012:

Art. 28 O Ensino Fundamental, com duração de nove anos, estrutura-se em 4(quatro) ciclos de escolaridade, considerados como blocos pedagógicos sequenciais: I- Ciclo de Alfabetização, com a duração de três anos de escolaridade, 1º, 2ºe 3º ano; II- Ciclo Complementar, com duração de dois anos de escolaridade, 4º e 5º ano; III- Ciclo Intermediário, com duração de dois anos de escolaridade, 6º e 7º ano; IV- Ciclo da Consolidação com dois anos de escolaridade, 8º e 9º ano.(MINAS GERAIS, 2012).

As ideias quanto à adoção de séries ou ciclos divergem. Alguns autores, dentre eles educadores, consideram os ciclos como arranjo para ocultar a repetência. Outros consideram a repetência como punição, que desestimula e aumenta o índice de evasão. Conforme Alavarse (2009) a proposição dos ciclos:

Deve conduzir ao alongamento do tempo para que se possa trabalhar com objetivos mais amplos do que aqueles anualizados; portanto, ampliando as finalidades da escola e permitindo que se trabalhe melhor, isto é, que se trabalhe para que todos possam aprender. Por isso, sem forçar denominações artificiais, essas preocupações conduziram aos ciclos de aprendizagem, por fazer do objetivo de aprendizagem um aspecto central, o que não pode ser interpretado como desconsideração pelas condições peculiares dos aprendizes e sua cultura. (ALAVARSE, 2009, p.42).

Em algumas situações, os ciclos são considerados como facilitadores da promoção automática. Freitas (2004) cita Bertagna (2003) quando distingue promoção automática de progressão continuada:

Na progressão continuada [...] a criança avança em seu percurso escolar em razão de ter se apropriado, pela ação da escola, de novas formas de pensar, sentir e agir; na promoção automática, a criança [...] permanece na unidade escolar, independentemente de progressos terem sido alcançados. [...] Ser contra a progressão continuada, é negar a evidência científica de que toda criança é capaz de aprender, se lhe forem oferecidas condições para tal. (FREITAS, apud BERTAGNA, 2003, p.81,83).

A organização do ensino em ciclos se impõe então, como necessária para uma escola menos seletiva, menos excludente e menos autoritária. Moreira (2000) cita Cunha (1991), ao destacar a proposta curricular do Plano Mineiro:

Preservou as disciplinas tradicionais, enfatizando ao mesmo tempo, a necessidade de renovações no ensino, particularmente nas disciplinas ciências, história, geografia e educação para o Trabalho. Desejava-se direcioná-las, respectivamente, para os seguintes objetivos: o domínio da linguagem científica, a compreensão do espaço como realidade viva, a compreensão das condições (MOREIRA, 2000, apud CUNHA, 1991, p.113).

O Ensino Médio está organizado em séries (1º 2º e 3º ano). As turmas de segundos e terceiros anos funcionam à noite (quatro turmas), os primeiros anos, de manhã, com um sexto horário por fazer parte do Projeto Reinventando o Ensino Médio. A Educação de Jovens e Adultos (nível médio), curso presencial, com duração de 01(um) ano e meio, organizado em 03(três) períodos semestrais. As outras modalidades atendidas, o ano é dividido em períodos bimestrais.

Os professores têm uma carga horária de 20(vinte) horas semanais sendo 16(dezesseis) horas com regência de aulas e 04(quatro) horas extraclasse incluindo planejamentos.

A comunidade reúne a cada bimestre para divulgação e, análise dos resultados de aprendizagens. São realizadas no decorrer do ano atividades como festa junina, feiras culturais com divulgação de trabalhos desenvolvidos pelos

alunos, apresentações artísticas e culturais, campeonatos e gincanas, além das demais comemorações previstas no calendário.

A escola Estadual Cecília Meireles trabalha com seus alunos a visão crítica, com ênfase nos valores. Utiliza seus espaços internos como salas de aula, biblioteca, laboratório de informática (embora ineficaz), quadra, corredores e os espaços externos como biblioteca pública local, ginásio poliesportivo (campeonatos) e outras localidades da região através de viagens e excursões, associando o lazer ao conhecimento através de atividades previamente planejadas.

Para alterar a qualidade do trabalho pedagógico torna-se necessário que a escola reformule seu tempo, estabelecendo períodos de estudo e reflexão de equipes de educadores, fortalecendo a escola como instância de educação continuada. É preciso tempo para que os educadores aprofundem seu conhecimento sobre os alunos e sobre o que estão aprendendo. É preciso tempo para acompanhar e avaliar o projeto político-pedagógico em ação. É preciso tempo para os estudantes se organizarem e criarem seus espaços para além da sala de aula. (VEIGA, 1997, p.30).

Para que os estudantes atuem na vida de forma transformadora, é necessário que o espaço da escola favoreça esta prática, começando pela transformação da própria escola. Os ritmos de aprendizagem são diferentes e devem ser respeitados. Os recursos escolares devem ser eficazes para garantir a aprendizagem do aluno que é dever e responsabilidade da escola.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

Nesta gestão democrática, em uma administração colegiada, a educação é tarefa de todos, família, governo e sociedade, para tanto é necessário o envolvimento de todos os sujeitos participantes do processo educacional, que devem entender e participar deste como um trabalho coletivo, pois é dinâmico e exige ações concretas. Para tanto, é necessário que a gestão democrática seja vivenciada no dia-a-dia das escolas, seja incorporada ao cotidiano e se torne tão essencial à vida escolar, quanto é a presença de professor e alunos. (CARMO, 2001, p.31).

A gestão da escola é democrática. O processo de escolha da direção segue a partir de uma avaliação de conhecimentos do gestor na sua área de atuação e em eleição, processo em que a comunidade escolar vota nos profissionais que melhor irão representá-los na função de diretor da escola.

As decisões de ordem administrativas e financeiras são tomadas a partir do colegiado e acompanhadas pela Superintendência Regional de Ensino. As decisões de ordem pedagógicas são tomadas em consonância com o Projeto Político Pedagógico aprovado pelo colegiado. As decisões internas são tomadas em reuniões coletivas, em que todos têm direito a dar opiniões porque fazem parte delas como coparticipantes. São decisões como: calendário escolar, plano de trabalho, linha filosófica a ser seguida na proposta pedagógica, formas de avaliar, metodologias de ensino e aprendizagem etc. Todos tem conhecimento das decisões ou ações implementadas na escola.

A escola conta com dois importantes órgãos colegiados: O Colegiado Escolar que é o mais importante órgão colegiado da escola tem como função deliberar sobre questões politico-pedagógicas, administrativas, financeiras. É composto por dois representantes de cada segmento da escola sendo: Profissionais em exercício na escola (professores e demais funcionários) e comunidade atendida pela escola (pais, alunos). Entre suas atribuições está analisar ações de forma coletiva e buscar meios para o cumprimento das finalidades da escola. Constitui um espaço de participação, discussão e decisão possibilitando a participação e promovendo a gestão democrática.

Os membros do Colegiado Escolar têm funções:

- (1) deliberativas, sobre decisões em assuntos relacionados ao Projeto Político Pedagógico que considera os interesses e as necessidades da grande maioria e outros assuntos;
- (2) consultivas quando se trata de questões encaminhadas pelos segmentos da escola e;
- (3) fiscais ao acompanhar a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras avaliando e garantindo o cumprimento da legislação vigente e do regimento da escola e atuante ao promover a participação dos segmentos em diversas atividades, contribuindo para a educação democrática.

O diretor atua como coordenador na execução das deliberações do Colegiado escolar e também como articulador das ações de todos os segmentos, visando à efetivação do projeto pedagógico na construção do trabalho educativo.

Dessa forma, pretendemos cultivar um colegiado atuante ao promover a participação dos segmentos em diversas atividades, contribuindo para a educação democrática.

Outro importante órgão colegiado da nossa escola é o Conselho de Classe. Este órgão reúne professores, equipe pedagógica e direção para refletirem sobre o trabalho educativo desenvolvido com os alunos, objetiva discutir e analisar o processo de aprendizagem, detectar aqueles com necessidade de acompanhamento. As reuniões do Conselho de Classe servem de fórum de discussão para situar as necessidades pedagógicas dos alunos, a partir deste diagnóstico realizar atividades priorizando superar as dificuldades dos alunos. Promover o diálogo entre os professores através da discussão de experiências vivenciadas e o estabelecimento de possibilidades e alternativas futuras, favorecer ações intervenientes mais adequadas, avaliar a prática pedagógica como um todo e em cada disciplina ou área de conteúdo, caracterizar e problematizar necessidades específicas da relação pedagógica. O Diretor está presente nas reuniões do Conselho de Classe e deve possibilitar que as mesmas aconteçam sem limitações para os professores e demais participantes.

5. RELAÇÕES DE TRABALHO

Compreender as relações de poder na escola é necessário para apontar propostas que enfatizem relações que possibilitam a participação de todos os atores (alunos, pais, sindicato, professores, diretores, coordenadores etc.). A participação é requisito essencial para a democratização das relações no interior das escolas públicas. É importante assinalar, nesse sentido, a necessidade da partilha do poder, o que envolve a participação na tomada de decisões. (JAPECANGA, 2014, p.6).

A gestão da escola é uma gestão compartilhada, as decisões são tomadas pelo coletivo. O gestor atua como líder, sempre buscando e estimulando a participação dos pais, alunos, professores e demais funcionários, na tomada de decisões e na implementação de ações proporcionando um clima de confiança.

Os diversos atores escolares têm papel de coparticipantes no trabalho pedagógico. As relações de trabalho são pautadas na ética profissional e em boas relações interpessoais. A relação de trabalho da escola com a comunidade e da comunidade com a escola é de parceria, embora ocorram muitos casos omissos em relação ao acompanhamento da aprendizagem pelos pais. A escola realiza todos os anos, vários eventos, previstos no calendário, momento em que há a participação da comunidade, como: Feira da Cultura, Festa da família na escola, Festa Junina, Jogos Escolares, Festival de Talentos, etc. A realização destes eventos propicia um

entrosamento da escola com a comunidade, desenvolve habilidades e a criatividade dos alunos, incentiva a cooperação e participação de todos.

Os conflitos são resolvidos com diálogo em que todos são ouvidos numa tentativa de harmonizar as situações difíceis que vão surgindo. Os profissionais de nossa escola com o objetivo de tornar a escola mais eficaz, eficiente e efetiva consideram toda esta rede de relações como parte de seu espaço. Nesse sentido, procuram reinventar seus próprios espaços, produzindo ambientes mais confortáveis, atraentes e aconchegantes: remodelação das salas de aula com disposição diferente do mobiliário; dinamização da biblioteca; atividades no pátio, na quadra, na frente da escola, atividades desportivas, excursões.

Como organização administrativa a Escola Estadual Cecília Meireles compõe-se dos órgãos em funcionamento destinados a executar as funções de deliberação e prestação de serviços. O regime disciplinar, aplicável ao pessoal docente, técnico-administrativo e discente, tem a finalidade de aprimorar o ensino, a formação do aluno, o desenvolvimento das atividades escolares, o entrosamento dos serviços existentes e a consecução dos objetivos previstos e está expresso no Regimento Escolar. O regime disciplinar aplicável ao pessoal discente é estabelecido pelos Órgãos Colegiados, respeitadas as diretrizes contidas na Proposta Pedagógica da Escola e no Regimento Escolar. Os recursos sócios-pedagógicos previstos no regime disciplinar para os alunos devem ter valor formativo, objetivando melhorar a convivência dos mesmos dentro do ambiente escolar.

7. AVALIAÇÃO

Avaliação é um instrumento permanente do trabalho docente, tendo como propósito observar se o aluno aprendeu ou não, podendo assim refletir sobre o nível de qualidade do trabalho escolar, tanto do aluno quanto do professor, gerando mudanças significativas (OLIVEIRA, 2008, P.2386).

Avaliar significa medir quantitativamente e qualitativamente todo o processo de aprendizagem, é o resultado do empenho de toda a comunidade escolar, obtidos por alunos, professores, direção e demais funcionários. Vale ressaltar que o sucesso ou fracasso é coletivo e a busca por melhorias deve abranger todo o espaço escolar, desde as condições da escola e ações dos professores até o modo como os alunos são avaliados, ou seja, a escola deve ser avaliada em sua totalidade.

Um processo de construção, pelos atores envolvidos, de uma representação dos objetivos e dos efeitos de sua ação comum. Assim, a eficácia não é mais definida de fora para dentro: são os membros da escola

que, em etapas sucessivas, definem e ajustam seu contrato, suas finalidades, suas exigências, seus critérios de eficácia e, enfim, organizam seu próprio controle contínuo dos progressos feitos, negociam e realizam os ajustes necessários.(SOUSA, 1999, p.5).

A função da avaliação é obter informações sobre os progressos e as dificuldades de cada aluno, verificando os pontos fortes e fracos da aprendizagem, visando o avanço dos métodos de ensino e resultados encontrados e atribuindo a cada um sua responsabilidade nesse processo. No âmbito escolar deve-se avaliar: o sistema de ensino, o sistema escolar e a aprendizagem dos estudantes. As avaliações, seus princípios e critérios deverão constar no Regimento Escolar e o Conselho Escolar deve fazer parte de toda a construção desse processo.

Além de avaliar o desempenho dos alunos, deve-se observar todo o contexto educativo: condições físicas da escola, o uso de materiais pedagógicos na aprendizagem, a atuação dos docentes e suas metodologias aplicadas. O processo de avaliação deve assumir um papel transformador, observando o interesse da população. Todos os componentes devem ser avaliados: alunos, professores, gestores, etc., deve ter a colaboração de todos, desde as análises encontradas até as ações a serem tomadas, o cronograma e direcionamento das intervenções necessárias.

Nas avaliações do sistema de ensino o objetivo é diagnosticar o sistema escolar no âmbito nacional ou regional. Neste processo, o Conselho Escolar deve observar os resultados das avaliações externas como SAEB, as internas ou do sistema e sua própria avaliação. Estas serão analisadas e, depois de verificados os resultados obtidos, faz-se um cronograma com as ações a serem desenvolvidas para sua melhoria.

Os alunos realizam as avaliações externas como Prova Brasil e Provinha Brasil, as avaliações do SIMAVE (Sistema Mineiro de Avaliação da Educação), SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), participam de concursos e Olimpíadas de Matemática (OBMEP).

Alguns aspectos devem ser avaliados na organização do sistema escolar: taxa de reprovação, evasão escolar, elaboração de um Projeto Político Pedagógico, organização geral da escola, acompanhamento e rendimento dos alunos a avaliação de desempenho dos educadores e participação e envolvimento das famílias. Estes aspectos são analisados através de reuniões pedagógicas, questionários, estudo de casos e entrevistas.

A avaliação nos diferentes espaços de produção do conhecimento tem sido tradicionalmente considerada como um fator que ocorre no final do processo de produção do conhecimento. Sob esta ótica, foi fundamental perceber que a avaliação ocorre no decorrer de todo processo ensino aprendizagem. Dessa forma, pode-se falar em três modalidades de avaliação: diagnóstica, formativa e somativa (OLIVEIRA, 2008, p.2386).

A avaliação na Escola Estadual Cecília Meireles tem algumas funções básicas no processo de ensino aprendizagem: diagnosticar, ser formativa e somativa. Ela faz uma sondagem de conhecimentos já adquiridos, constrói novos conhecimentos através das falhas, acertos e troca de experiências que somados são pontuadas no final de cada bimestre ou no final do ano letivo, cabendo ao educador um acompanhamento contínuo do aluno, sua trajetória na construção do conhecimento.

Assim, na Escola Estadual Cecília Meireles nos Anos Finais e Ensino Médio são distribuídos 100 (cem) pontos ao longo do ano letivo, divididos em quatro bimestres de 25 pontos, sendo distribuídos em trabalhos, avaliações, aspecto comportamental, relatórios, etc. Para aprovação, exige-se rendimento de 60% em todos os conteúdos e 75% de frequência às aulas.

Os alunos dos anos iniciais são avaliados através de conceitos: A - Atingiu os objetivos propostos; B- Atingiu parcialmente os objetivos propostos e C - Necessita um pouco mais de esforço e atenção.

Durante todo o ano letivo os educadores proporcionam aos educandos oportunidades de recuperação contínua, onde os professores replanejam suas atividades com o objetivo de sanar as dificuldades apresentadas dos alunos que não conseguiram acompanhar. Ela é feita através do Plano de Intervenção Pedagógica (PIP), atividades elaboradas após o diagnóstico das dificuldades através da vivência de novas oportunidades, a fim de corrigir desvios e suprimir ou reduzir omissões e falhas.

Se no final de cada bimestre, o educando continuar abaixo da média estipulada, tem a oportunidade de participar da recuperação paralela que engloba o estudo de conteúdos determinados e realizar uma nova avaliação. O aluno que não conseguir a média conforme consta no Projeto Político Pedagógico e Regimento será recuperado paralelamente, em sua própria sala, porém receberá atenção individualizada sem prejuízo do trabalho em grupo, preservando a autoestima.

O acompanhamento paralelo será feito preferencialmente pelo próprio professor, o processo de recuperação será contínuo durante o ano letivo, enquanto

for necessário, a critério dos profissionais envolvidos. Todo o desenvolvimento do processo de recuperação deverá ser lançado na ficha do aluno, a fim de possibilitar acompanhamentos futuros e o desenvolvimento dos trabalhos e do aluno.

A recuperação final é oferecida aos alunos que, após término do ano letivo não alcançaram o resultado satisfatório para aprovação. Os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio que não alcançaram a média com a recuperação final ainda tem direito a progressão parcial.

Conforme o art. 74 da Resolução nº 2.197/2012:

A progressão parcial, que poderá ocorrer a partir do 6º ano do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, é o procedimento que permite ao aluno avançar em sua trajetória escolar, possibilitando-lhe novas oportunidades de estudos no ano letivo seguinte naqueles aspectos dos componentes curriculares nos quais necessita ainda consolidar conhecimentos, competências e habilidades básicas. (2012 SEE/MG).

É preciso observar que não existe certo ou errado nas avaliações de aprendizagem dos estudantes e sim que é necessário notar cada situação didática e escolher a melhor forma de se avaliar, seja a observação, a aplicação de provas, relatórios diários, redações, anotações, seminários, sendo utilizados em sala de aula, em casa, individual ou em grupo de acordo com a necessidade da turma e objetivo do educador.

É importante a negociação sobre a discussão dos critérios de avaliação, sendo que o professor deve listar os conteúdos importantes, informar aos alunos e se colocar como parceiro, lembrando que o objetivo é a obtenção de melhores resultados para todos.

Lembrar, planejar e rever, construir e reconstruir, envolver os alunos nas atividades de sala, fazer uma avaliação eficaz, é papel do professor e do especialista, que repassam os resultados obtidos e buscam soluções quando estes não são satisfatórios. Estes resultados interessam aos alunos, pais, professores e equipe docente, que conhecem o processo de aprendizagem e se empenham na superação das dificuldades, através de estímulos e intervenções, avaliando as práticas, revendo falhas e construindo novos conhecimentos.

É claro que se os educandos não aprimorarem sua aprendizagem, serão inúteis todas as práticas democráticas, visto que, seus indicadores não são satisfatórios. É preciso que professores e alunos encarem com seriedade as práticas de avaliação, procurando formas que contemplem conjuntamente aspectos do processo e dos resultados.

De acordo com Veiga (1997, p.32) a avaliação possui dois fatores importantes: “Primeiro, a avaliação é um ato dinâmico que qualifica e oferece subsídios ao projeto político-pedagógico. Segundo, ela imprime uma direção às ações dos educadores e dos educandos”.

O grande desafio é ver a avaliação como um processo de colaboração, a vivência da avaliação deve fortalecer os órgãos coletivos, deve propor uma mudança na organização e na dinâmica de toda a instituição, tornando realidade uma educação democrática e de qualidade.

A avaliação institucional dá grande suporte à gestão da escola; na realidade ela é parte do processo de gestão da escola, mas não apenas como ferramenta a serviço de levantar dados para o planejamento e monitoramento das ações escolares (SOUSA, 2014, p.3).

A avaliação dos servidores ocorre anualmente conforme a legislação da SEE (Secretaria De Estado da Educação) de Minas Gerais e no decorrer do ano através de auto avaliações, tendo como parâmetros a análise das ações realizadas.

Segundo Veiga (1997, p.32) “avaliar o projeto político-pedagógico é avaliar os resultados da própria organização do trabalho pedagógico”. A Avaliação do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Cecília Meireles é mais do que avaliação do aluno, mas dos professores, da equipe gestora, da Escola. A avaliação do Projeto acontece durante todo o processo de construção e de operacionalização que é flexível e contínuo o que permite investigar se as ações em desenvolvimento estão solucionando os problemas e dificuldades no processo educativo, para a elaboração de novas ações.

Os resultados obtidos por meio dos instrumentos de avaliação serão registrados para que, a partir deles, o Projeto seja reformulado e atualizado, anualmente, em um processo contínuo. O sucesso deste Projeto depende principalmente do envolvimento dos profissionais comprometidos e da comunidade com a educação da Escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na perspectiva de obtermos melhorias na educação, é que nós, profissionais, aperfeiçoaremos nossas práticas pedagógicas, cientes de nossas limitações e dificuldades, reformulando estratégias, numa expectativa de realização e sucesso.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola constituiu em elaborar a organização do trabalho da escola, foi um momento de diálogo, análise do cotidiano da escola, onde tentamos realizar um projeto que visa o caminho a percorrer para chegar à escola que queremos construir. Houve a participação de todos os segmentos, em um planejamento participativo e democrático que contou com o envolvimento de todos nos momentos de decisões e escolhas.

O diagnóstico é o ponto principal por ser o momento de participação e estudo do marco situacional: Qual é o aluno que temos? Que educação queremos? Também é importante o estudo do marco referencial, onde a filosofia pautada na ética decidirá qual caminho teórico seguir.

De acordo com o embasamento legal e base-teórico-metodológica, o Projeto Político Pedagógico parte da linha filosófica discutida amplamente na comunidade escolar. Para o sucesso na organização escolar é de suma importância o uso do princípio democrático durante a discussão de cada aspecto da estrutura do documento.

Como todo projeto, o Projeto Político Pedagógico é um processo contínuo, o mesmo é retomado e aprimorado sempre que necessário e sua reformulação dar-se-á mediante a participação de todos os segmentos da instituição juntamente com a família revendo as práticas trabalhadas propondo novas ações, visando à democratização nas tomadas de decisões e também no momento de avaliação.

Família e escola compartilham do processo de formação do educando. Nessa parceria cada um tem um papel importante, cabendo a cada ente desempenhar com responsabilidade sua função, visando à obtenção de resultados satisfatórios e respeito ao lugar ocupado. Uma das maiores dificuldades da escola é fazer com que esta parceria ocorra de forma efetiva. Muitos pais são omissos em várias situações e atribuem à escola o que seria dever e responsabilidade deles.

Numa gestão democrática e participativa, o Colegiado é o órgão que acompanha e avalia a proposta. A cada ano e a cada mudança no âmbito da educação, requer sua avaliação e reelaboração.

O Currículo deve valorizar a cultura do aluno e da sua família. A realidade sociocultural é a referência para este planejamento curricular. E o tempo e espaços escolares fundamentam-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Resoluções da Secretaria de Estado da Educação.

Para uma boa relação de trabalho, a autoavaliação no dia a dia da prática e a reflexão da ação baseada na teoria garantem uma educação de qualidade.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico pela equipe reforça a autonomia da escola viabilizando a educação que queremos para a sociedade que temos.

REFERÊNCIAS

ALAVARSE, Ocimar Munhoz. A Organização do Ensino Fundamental em Ciclos: algumas questões. **Revista Brasileira de Educação**, v.14 n. 40 jan./abr.2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a04.pdf> > Acesso em: 10 jul. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. (CF). 1988. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Leis e Decretos. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em < <http://www.planalto.gov.br> > Acesso em: 09 jul. 2014.

CAMPOS, Roselane Fátima, SCHEIBE, Leda. **Projeto Político-Pedagógico: dimensões metodológicas**. Disponível em < <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg> > Acesso em 08 de ago. 2014.

CARMO, Raimundo Santos; GONÇALVES, Juçara dos Santos. **Gestão Escolar e o processo de tomado de decisão**. Belém: UNAMA, 2001. Disponível em <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg> > Acesso em 24 Jun. 2014.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em: < www.cedes.unicamp.br > Acesso em: 09 jul. 2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola**, (2010). Disponível em: < <http://moodle3.mec.gov.br> > Acesso em: 01 jul. 2014.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A Qualidade da Educação: Conceitos e**

Definições. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg> > Acesso em: 20 de jul. 2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Ciclos ou Séries?** O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola? Reunião anual da ANPED, Caxambu (MG) de 21 a 24 de novembro de 2004. Disponível em: <http://27reuniao.anped.org.br/diversos/te_luiz_carlos_freitas.pdf>. Acesso em 09 jul. 2014.

JAPECANGA, Alaíde Pereira. **A Democratização das Relações de Trabalho na Escola Pública Básica.** Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br>> Acesso em 29 jun. 2014.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. **Resolução nº 2.197 de 26 de outubro de 2012.**

OLIVEIRA, Adriana; APARECIDA, Celena; SOUZA, Gelsenmeia M. Romero. **Avaliação: Conceitos em diferentes Olhares, uma experiência vivenciada no Curso de Pedagogia.** Disponível em < <http://www.pucpr.br> > Acesso em: 10 de ago. 2014.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola.** Disponível em <<http://escoladegestores.mec.gov.br>> Acesso em 26 mai. 2014.

SENS, Aracy Santos. **Projeto Pedagógico da Escola.** Disponível em < <http://www.fecam.org.br>> Acesso em 08 de ago. 2014.

SOUSA, S.Z. **Avaliação Institucional: elementos para discussão.** Disponível em< <http://moodle3.mec.gov.br> > Acesso em 15 de jul. 2014.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et Al. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola.** Disponível em: moodle3. mec.gov.br/ufmg. Acesso em 08 de ago. 2014.

VEIGA, Ilma Passos A. e RESENDE, Lúcia G. de. (orgs) **Escola: espaço do projeto** político pedagógico. Campinas: Papirus, 1997.